

DIREITOS E DEVERES- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Eixo: Práticas para Ensino Fundamental

KNAUT, Michelle Souza Julio¹
RIBAS, Cíntia Cargin Cavalheiro²
SILVA, Evellyn Ledur da³

Ao entender a criança como um ser em desenvolvimento constante, é indispensável conhecer o seu processo educativo, saber o que influencia sua personalidade, quais são as perspectivas de mundo, como acontece o relacionamento social e assim por diante.

Neste sentido, faz-se necessário ensinar noções de cidadania ao longo na infância, melhorando o presente para colher resultados positivos no futuro, contribuindo de alguma forma, para o convívio em sociedade. Este conteúdo poderá contribuir para conquista da autonomia no espaço escolar.

TURMA: 3º ano

1 OBJETIVO GERAL

Reconhecer no Estatuto da Criança e do Adolescente seus direitos e deveres, percebendo que estão presentes nas convenções sociais, familiares, escolares e comunitárias e também em documentos oficiais

2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apreciar as imagens infantis da turma da Mônica com os itens do Estatuto;
- Valorizar a importância de garantir os Direitos infantis;
- Identificar situações em que os Direitos da criança e do adolescente não são respeitados;

¹ Mestre em Educação, Especialista em Modalidades de Intervenção no Processo de Aprendizagem, Coordenadora de Estágio do Curso de Pedagogia da Faculdade OPET e professora vinculada da formação continuada da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

² Mestre em Desenvolvimento de Tecnologias, Especialista em EaD, Coordenadora do Curso de Pedagogia da Faculdade OPET e professora da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

³ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Professora tutora no Curso de Pedagogia nas Faculdades OPET. Atua principalmente nos seguintes temas: iniciação científica, ensino superior e legislação educacional.

- A partir dos slides sobre os direitos e deveres interpretá-los e produzir imagens.

3 PROBLEMATIZAÇÃO

Através das imagens, dos jogos e das explicações os alunos serão capazes de compreender a importância de ter sido criado o Estatuto da Criança e do Adolescente?

4 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

O professor deverá conversar com os alunos sobre o encaminhamento da aula e estabelecer os combinados necessários. Após isso, o assunto será introduzido por meio de questionamentos sobre os Direitos e Deveres dos alunos. Estes serão explicados por meio de cartaz. Os alunos terão acesso ao vídeo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e no decorrer deste o professor trará questões pertinentes e curiosidades sobre o ECA. Após, o professor apresentará em Power Point cada um dos Direitos e dos Deveres das Crianças e Adolescentes. O professor fará um diálogo com os alunos sobre a importância desse Estatuto ter sido criado, e se eles já presenciaram alguma situação em que os Direitos não foram aplicados.

Diante destas discussões, o professor iniciará as atividades com a entrega da cruzadinha para que os alunos possam completá-la. O ajudante do dia entregará para cada aluno uma plaquinha contendo um Direito para que eles possam ir até o quadro e completar o jogo sobre os Direitos da criança. Para finalizar a turma ouvirá a música do grupo Palavra Cantada “Criança não trabalha, criança dá trabalho” e fará um desenho sobre o que mais chamou a atenção no Estatuto da Criança e do Adolescente.

5 MATERIAIS UTILIZADOS

Cartaz com as definições sobre Direitos e Deveres, apresentação em Power point com imagens e situações que demonstram os Direitos e Deveres, cruzadinha com os Direitos das Crianças impressa para ser preenchida, lápis de cor e papel sulfite, jogo de encaixe dos Direitos da criança em EVA, música do Grupo Palavra Cantada “Criança não trabalha, Criança dá trabalho” (pen drive).

Vídeos:

Vídeo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (pen drive), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=83A4Ve03_TI>. Acesso em 16 de Jul de 2015.

Vídeo da música “Criança não trabalha, Criança dá trabalho”, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=u9aa7FqMcRU>>. Acesso em 16 de Jul de 2015.

6 AVALIAÇÃO

Participação do aluno na roda de conversa sobre o tema Estatuto da Criança e do Adolescente, envolvimento do aluno nas atividades propostas.

7 PESQUISA DE CONTEÚDO

O conhecimento da lei é primordial para que ela possa ser aplicada. Assim, entende-se a necessidade de apresentar o Estatuto da Criança e do Adolescente nas salas de aula. Apresentação de modo a fazer com que os alunos possam compreender e reconhecer seus direitos e deveres percebendo ainda que estes conceitos estão presentes no ambiente escolar, familiar e na sociedade.

O conceito de cidadania é definido a partir da ideia de que as pessoas não são cidadãos só com o nascimento, mas se tornam cidadãos no processo de construção social. A formação da cidadania moderna caracterizou-se pela participação dos sujeitos na luta por garantias de direitos civis, políticos e sociais. (BRASIL, 2006, p. 156). De acordo com a Constituição Federal é dever da família, da sociedade e do Estado

Assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade o Direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, o respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

O objetivo do ECA é o de proteger a integridade das crianças e adolescentes de toda e qualquer forma de abuso, bem como garantir que todos os Direitos que foram citados acima lhes sejam cumpridos. De acordo com o Estatuto considera-se: “criança – pessoa até doze anos de idade incompletos; adolescente – aquela entre doze e dezoito anos incompletos e menor adulto – dos dezoito aos vinte e um anos incompletos” (BRASIL, 1990).

Infelizmente o ECA é desconhecido por uma grande parcela da sociedade. Mesmo que os direitos sejam definidos institucionalmente, existe uma grande distância entre o que está escrito na teoria com o que se vivencia na realidade social. O papel da escola é demonstrar para os alunos estas questões. Dentre elas, a precariedade no atendimento à saúde, a falta de oportunidades de escolarização das crianças em localidades mais humildes, o descaso com a fome, a falta de estruturas e profissionais para o atendimento às crianças com necessidades especiais, a falta de oportunidades de acesso à cultura, lazer e esportes visto que em muitas localidades não há nenhuma forma de entretenimento para as crianças.

Essas dificuldades estão presentes na sociedade brasileira atual, e levar essas abordagens para refletir e dialogar com os alunos vai colaborar com a construção do conceito de cidadão e o que este conceito significa. É necessário propor também uma reflexão a partir dos problemas, conflitos e dificuldades enfrentados pelas pessoas no mundo de hoje, para que os estudantes percebam que existem direitos garantidos oficialmente, mas que existe uma distância entre esses direitos institucionalizados e as vivências cotidianas (BRASIL, 2006, p. 160).

De acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, “é de fundamental importância, provocar situações de aprendizagem que valorizem os conhecimentos resultantes das experiências dos estudantes, adquiridas na convivência com diferentes grupos sociais” (BRASIL, 2006, p.114).

O estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 3º cita que somente com a prática dos direitos pode-se assegurar o desenvolvimento físico, mental, moral espiritual e social da criança e do Adolescente. Portanto levar esse conhecimento para os alunos, só vem a contribuir para a construção de uma sociedade consciente de seus Direitos e Deveres e também de suas responsabilidades com a promoção de uma vida digna para todos.

8 REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba. **Áreas do conhecimento - História**. Curitiba, 2006. Disponível em <<http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/downloads/arquivos/3010/download3010.pdf>> Acesso em 30 abr. 2015

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. **Cidadania, Direitos e Deveres**, Cidade do Conhecimento, Cadernos Pedagógicos, Educação Fundamental, História. Disponível em: http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/downloads/cadernos_pedagogicos/Educacao%20Fundamental/Historia/CICLOI_TEMA03.pdf> Acesso em 19 abr. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.